

**LIVRO DE
QUESTÕES**

CESPE



EXPEDIENTE

Diretora editorial
Coordenação editorial
Revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Juliana Pivotto
Mari de Barros
Equipe de Revisão Nova Concursos
Equipe Nova Concursos
Willian Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

CESPE / [Carlos Alexandre Quiqueto]...[et al]. -- São Paulo
: Nova Concursos, 2019.
384 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-05-4

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Problemas, questões, exercícios 3. Centro de Seleção e de Promoção de Eventos I. Quiqueto, Carlos Alexandre

CDU 35.08(079.1)

18-0273

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT012-19-CESPE

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático.....	51
Matemática Financeira.....	73
Informática.....	85
Língua Inglesa.....	113
Conhecimentos Gerais e Atualidades.....	127
Administração Geral.....	139
Arquivologia.....	155
Administração Financeira e Orçamentária.....	165
Contabilidade.....	183
Estatística.....	191
Direito Administrativo.....	199
Direito Constitucional.....	219
Direitos das Pessoas com Deficiência.....	237
Direitos Humanos.....	251
Direito Civil.....	265
Direito Processual Civil.....	281
Direito Penal.....	305
Direito Processual Penal.....	317
Direito do Trabalho.....	339
Direito Processual do Trabalho.....	353
Ética no Serviço Público.....	367
Normas Aplicáveis aos Servidores Federais.....	377

LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a Autora

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp

1. (PCJ-MT – DELEGADO SUBSTITUTO – CESPE – 2017)

Texto CG1A1AAA

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desiguala-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cármen Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: *50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios*. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

Compreende-se do texto CG1A1AAA que o ser humano tem direito

- a) de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies.
- b) de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses.
- c) de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos.
- d) à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros.
- e) a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

1.

Em “a”, de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies = incorreta

Em “b”, de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses = incorreta

Em “c”, de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos = incorreta

Em “d”, à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros = incorreta

Em “e”, a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

O ser humano tem direito a uma vida digna, adequada, para que consiga gozar de seus direitos – saúde, educação, segurança – e exercer seus deveres plenamente, como prescrevem todos os direitos: (...) O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam (...).

GABARITO OFICIAL: E

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO- -MATEMÁTICO

Sobre a Autora

Sara Martins de Oliveira

Especialista em Gestão Financeira e Contábil pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACULDADES FACCAT) de Tupã, São Paulo.

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACULDADES FACCAT) de Tupã, São Paulo.

Tendo atuado como professora universitária da Faculdade da Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã São Paulo, no Curso de Administração, e como Tutora Presencial da Universidade Anhanguera, do curso EAD de Ciências Contábeis.

Professora de conteúdo preparatório para concursos e banco de questões para graduação e pós-graduação em todo o país, entre eles Grupo Nova, SGS Academy, Maxi Educa, Solução Concursos e Opção Concursos.

Contadora.

MMC

1. (IFF – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2018) Uma companhia aérea fixou rodízio entre duas cidades para seus comissários de bordo de determinado voo diário. A escala estabelece que o comissário A trabalhe nesse voo a cada 8 dias; o comissário B, a cada 10 dias; e o comissário C, a cada 12 dias. Nesse caso, se os três tiverem trabalhado juntos no voo do dia de hoje, então a próxima vez em que eles trabalharão novamente juntos nesse voo ocorrerá daqui a

- a) 30 dias.
- b) 74 dias.
- c) 120 dias.
- d) 240 dias.
- e) 960 dias.

FRAÇÕES E NÚMEROS DECIMAIS

2. (SEDUC-AL – PROFESSOR – MATEMÁTICA – CESPE – 2018) A respeito de história da matemática, julgue o item subsequente.

Em virtude de necessidades contábeis da época, os egípcios tinham a preferência pela utilização das frações unitárias, isto é, aquelas em que o número 1 é o numerador. Parte do Papiro de Rhind, um importante registro matemático dos egípcios, trata da decomposição de frações a partir de frações unitárias. As frações unitárias na forma $1/n$ sempre podem ser decompostas em exatamente duas frações unitárias, por exemplo, $\frac{1}{2} = \frac{1}{4} + \frac{1}{4}$. Nesse contexto, é correto afirmar que as únicas decomposições da

fração unitária $1/4$ são e $\frac{1}{4} = \frac{1}{8} + \frac{1}{8}$ e $\frac{1}{4} = \frac{1}{6} + \frac{1}{12}$

() CERTO () ERRADO

RAZÃO E PROPORÇÃO

3. (IFF – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2018) A quantia de R\$ 360.000 deverá ser repassada às escolas A, B e C para complemento da merenda escolar. A distribuição será em partes diretamente proporcionais às quantidades de alunos de cada escola. Sabe-se que a escola A tem 20% a mais de alunos que a escola B e que a escola C tem 20% a menos de alunos que a escola B. Nesse caso, a escola A deverá receber

- a) R\$ 140.000.
- b) R\$ 144.000.
- c) R\$ 168.000.
- d) R\$ 192.000.
- e) R\$ 216.000.

GABARITO COMENTADO

1.

Sabemos que:

- O comissário A trabalha a cada 8 dias;
- O comissário B, a cada 10 dias; e
- O comissário C, a cada 12 dias.

Devemos considerando que os três trabalharam juntos no voo do dia de hoje, e identificar a próxima vez em que eles trabalharão novamente juntos nesse voo.

Portanto, será preciso obter o MMC de 8, 10 e 12:

$$8 \quad 10 \quad 12 \quad | \quad 2$$

$$4 \quad 5 \quad 6 \quad | \quad 2$$

$$2 \quad 5 \quad 3 \quad | \quad 2$$

$$1 \quad 5 \quad 3 \quad | \quad 3$$

$$5 \quad 1 \quad | \quad 5$$

$$1 \quad 2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 3 \cdot 5 = 120 \text{ Dias}$$

Sendo assim, os comissários trabalharão juntos novamente daqui a 120 dias

GABARITO OFICIAL: C

2.

Temos a fração:

Sabemos que:

$$\left(\frac{1}{x}\right) + \left(\frac{1}{y}\right) = \frac{1}{4}$$
$$\frac{x \cdot y}{(x + y)} = 4$$

Ao isolarmos Y, teremos:

$$y = \frac{4 \cdot x}{x - 4}$$

É certo que x não pode ser igual ou menor que 4, pois teríamos um número negativo ou uma divisão por 0. Sendo assim, será preciso igualar x a números maiores que 4.

Utilizando: x = 5 e y = 20

Desta forma podemos mais um tipo de decomposição da fração :

$$\left(\frac{1}{5}\right) + \left(\frac{1}{20}\right) = \frac{1}{4}$$

Onde:

$$\frac{5 \cdot 10}{(5 + 20)} \rightarrow \frac{100}{25} = 4$$

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

A questão informa que a quantia de R\$ 360.000 deverá ser repassada às escolas A, B e C, em partes diretamente proporcionais às quantidades de alunos de cada escola.

Sabemos que a escola A tem 20% a mais de alunos que a escola B e que a escola C tem 20% a menos de alunos que a escola B.

A questão pede o quanto a escola A deverá receber.

A divisão de R\$ 360.000, será proporcional, sendo assim, temos:

$$360/3 = 120$$

Porém, como a escola A tem 20% a mais de alunos que a escola B, temos:

$$120 \cdot 1,20 = 144.000$$

GABARITO OFICIAL: B

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Sobre o Autor

Giancarlo Aquila

Graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 2012. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Itajubá, em 2015, na área de análise econômica de decisões.

Experiência acadêmica, atuando principalmente nos seguintes temas:

- Economia do Setor Eletro-Energético, especialmente, a modelagem aplicada a problemas do setor de energia renovável;
- Finanças;
- Contabilidade Gerencial;
- Engenharia Econômica;
- Pesquisa Operacional;
- Análise de Impacto de Regulatório (AIR).

1. (SEFAZ-RS – AUDITOR DO ESTADO – BLOCO II – CESPE – 2018) Um indivíduo investiu a quantia de R\$ 1.000 em determinada aplicação, com taxa nominal anual de juros de 40%, pelo período de 6 meses, com capitalização trimestral. Nesse caso, ao final do período de capitalização, o montante será de:

- a) R\$ 1.200,00.
- b) R\$ 1.210,00.
- c) R\$ 1.331,00.
- d) R\$ 1.400,00.
- e) R\$ 1.100,00.

1.

No enunciado é descrito que uma taxa nominal de 40% ao ano, é capitalizada trimestralmente. Dessa forma, o cálculo da taxa equivalente trimestral é feito de forma simples, a partir do seguinte cálculo:

$$iN = iE \cdot m$$

sendo que: iN = taxa nominal; iE = taxa efetiva; m = número de períodos da unidade de tempo da taxa nominal equivalente à unidade de tempo do período de capitalização.

Visto que, $iN = 0,4$ e $m = 4$, pois o período de um ano possui quatro trimestre, temos-que:

$$0,4 = iE \cdot 4$$

$0,1 = iE$, ou seja, a taxa equivalente trimestral é igual a 10%.

Dessa forma, é possível calcular o montante (M) de um principal (P) de R\$ 1.000,00, ao final de seis meses que equivale a dois trimestres (ou seja, $n = 2$).

A capitalização a partir dos juros compostos, é feita por:

$$M = P \cdot (1 + i)^n$$

Portanto, temos que:

$$M = 1.000 \cdot (1 + 0,1)^2$$

$$M = R\$ 1.210,00$$

Portanto:

- a) R\$ 1.200,00. - Errada
- b) R\$ 1.210,00. - CORRETA
- c) R\$ 1.331,00. - Errada
- d) R\$ 1.400,00. - Errada
- e) R\$ 1.100,00. - Errada

GABARITO OFICIAL: B

INFORMÁTICA

Sobre o Autor

Carlos Alexandre Quiqueto

Graduado em Administração de Empresas e Sistema de Informação.

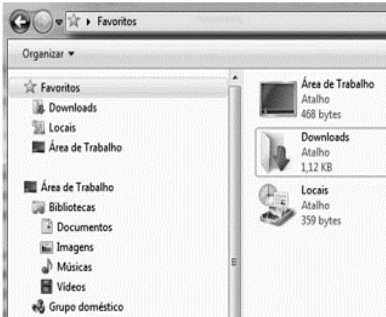
Pós-graduando em Esp. Adm. TI.

Administrador.

Analista de Sistemas e Consultor em TI.

Instrução: Em algumas das questões a seguir, preencha nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (TRE-BA – CONHECIMENTOS GERAIS – NÍVEL MÉDIO – CESPE – 2017) Tendo como referência a imagem precedente, que ilustra uma tela do Windows Explorer, assinale a opção correspondente ao local apropriado para o usuário criar atalhos ou armazenar livremente arquivos de uso corrente ou a que deseje ter acesso mais facilmente.



- a) Bibliotecas
- b) Área de Trabalho
- c) Locais
- d) Downloads
- e) Favoritos

2. ((PREFEITURA DE SÃO LUÍS-MA – TÉCNICO MUNICIPAL – NÍVEL MÉDIO/NÍVEL VII-A – TRANSCRITOR E ADAPTADOR DE SISTEMA BRAILLE – CESPE – 2017) Uma escola recebeu uma impressora braille nova. No momento de sua instalação, verificou-se que a escola dispunha de apenas um notebook com as seguintes conexões: duas entradas USB 2.0, entrada USB 3.0, uma entrada HDMI, entrada VGA, uma entrada para cartão de memória. Para que a impressora funcione corretamente com esse notebook, é necessário:

- a) conectar a impressora ao computador por meio de um cabo USB 2.0 ou um cabo conversor de porta paralela serial para USB 2.0.
- b) instalar um hardware conversor de impressão em tinta em impressão em braille, conectado ao notebook via cartão de memória.
- c) conectar a impressora pela entrada VGA, liberando-se as entradas USB para outros dispositivos
- d) usar um cabo HDMI Full HD com blindagem, tendo em vista uma melhor qualidade na passagem de dados e a maior durabilidade do cabo.
- e) um cabo de impressora que converta a entrada USB 2.0 para MiniUSB, pois a impressora braille tem uma conexão analógica.

1.

A Área de trabalho ou Desktop é a primeira área que nos é exibida ao iniciarmos ou efetuarmos logon no Windows. Através de sua interface, podemos criar ou acessar atalhos, iniciar programas, salvar arquivos, etc.

GABARITO OFICIAL: B

2.

Devemos conectar a impressora ao computador por meio de um cabo USB 2.0 ou um cabo conversor de porta paralela serial para USB 2.0. Deduzimos que esta impressora seja de um dos padrões mais comuns de conexão de impressoras: USB, mais recente, ou paralela serial, não especificada nas configurações do Notebook, além de ser pouco comum em configurações padrão de notebooks. Em sendo USB 2.0 não irá influenciar no funcionamento da impressora.

GABARITO OFICIAL: A

LÍNGUA INGLESA

Sobre a Autora

Katiuska W. Burgos General

Chilena. Autora, tradutora e revisora, com graduação em Letras (Português e Inglês) Pelo CEUNSP (Itú-SP).

Pós-graduação em Língua Espanhola Alicada à Tradução pela Universidade Gama Filho (SP).

Especialista em Planejamento de Cursos e Produção de Material Didático pela UNICAMP (Campinas-SP). Professora de Inglês, Português e Espanhol.

Foi professora titular de Espanhol para o curso de Espanhol na Universidade Estácio de Sá (Ibiúna-SP)

Foi professora titular de Análise Textual para o curso de Administração na Universidade Estácio de Sá. (Ibiúna e Cotia-SP)

Foi professora titular de Psicologia do Desenvolvimento para o curso de Pedagogia na Universidade Estácio de Sá. (Ibiúna-SP)

Aluna do curso de Direito na FMU.

Instrução: Este texto é referente às questões 1, 2, 7.

Text CB1A5BBB

Western intelligence agencies used to inhabit a parallel world where spy battled spy. Their trade was stealing or guarding secrets. Their masters were the men and women in government. Today the intelligence services are part of everyone's world. Their main task has been to protect society from terrorists and criminals. They are increasingly held to account in the press, parliaments and courts.

The intelligence revolution is partly the result of new technology. As recently as 1999, on becoming director of the American National Security Agency (NSA), Michael Hayden asked to send an e-mail to all staff. He was told: "We can't actually do that." The organization used computers to break codes rather than to surf the web as everyone else did. The NSA's new facility in Utah, the first of several, now stores exabytes of data drawn from everyday communications. At Britain's GCHQ, most code-breaking was done on paper until well into the 1980s.

The revolution has brought spying closer to ordinary people. After the attacks on America on September 11th 2001, counter-terrorism and counter-insurgency became the focus for the American intelligence agencies. Almost two-thirds of today's intelligence personnel have been hired since 9/11. As the world has moved online, so the spooks have become involved in monitoring organized crime and paedophiles as well as terrorists.

In a not very remote past, spies sent coded messages using short-wave radios and dead letter boxes. Now the communications of the spooks' new targets are mixed in with everyone else's, shuttling between computers and smartphones that are identical to those on your desk and in your pocket. Counter-terrorism, in particular, is pre-emptive. Hence the security services have had to act as hunters of conspiracies rather than gatherers of evidence.

Western intelligence — Shaken and stirred. In: The Economist, 12/11/2016 (adapted).

1. (ABIN – OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – CESPE – 2018) The sentence "Michael Hayden asked to send an e-mail to all staff" (2ND PARAGRAPH) can be correctly paraphrased in the following terms: Michael Hayden enquired all his employees if he could send an electronic message.

() CERTO () ERRADO

2. (ABIN – OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – CESPE – 2018) GCHQ experts decided to stop producing academic papers about code-breaking techniques only in the two last decades of the last century.

() CERTO () ERRADO

1.

Os verbos “ask” e “inquire” podem ser verbos transitivos, que admitem objeto direto. São precisamente estes complementos os que marcam a diferença entre as duas frases. Enquanto que no primeiro exemplo, Michel Hayden “pediu para + fazer alguma coisa” sem dizer a quem ele pediu. Ao ser parafraseado, Michel Hayden não podia “perguntar aos seus funcionários”, pois na frase original não consta essa informação.

Assim, não precisa nem mesmo realizar uma leitura abrangente do texto para verificar a diferença de sentido entre as duas frases:

Frase original:

Michael Hayden asked to send an e-mail to all staff

(Michael Hayden pediu para enviar um e-mail para todos os funcionários)

Paráfrase:

Michael Hayden enquired all his employees if he could send an electronic message.

(Michael Hayden perguntou (indagou, inquiriu, etc) a todos seus funcionários se ele podia enviar uma mensagem eletrônica)

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

Cuidado com falsos cognatos e até mesmo com palavras conhecidas, pois podem ocorrer diferenças de significado ou usos especiais que serão escolhidos em um concurso para testar seus conhecimentos.

No enunciado desta questão temos alusão à expressão “academic papers” (trabalho científico).

Esta ideia de trabalho científico não pode ser considerada no texto fornecido, pois, o trecho onde constam o serviço de inteligência britânico (GCHQ) e a década de 80 aparece a palavra “paper” (sem academic). Por isso, embora a data mencionada (1980s) e o GCHQ possam nos induzir a pensar que as duas afirmações sejam iguais, a palavra “paper” desta vez consta apenas como “papel”, e é a nossa chave para dizermos que o enunciado está errado.

Vocabulário chave:

Academic paper: trabalho científico, acadêmico.

Paper: papel.

Veja, a seguir uma tradução livre de cada frase:

“At Britain’s GCHQ, most code-breaking was done on paper until well into the 1980s.”

(No Serviço de Inteligência Britânico, a maioria da quebra de códigos era feita no papel até entrados os anos 80)

“GCHQ experts decided to stop producing academic papers about code-breaking techniques only in the two last decades of the last century.”

(Os especialistas do GCHQ decidiram parar de produzir trabalhos científicos (tesis, TCC, etc) sobre quebra de códigos nas duas últimas décadas do século passado).

GABARITO OFICIAL: ERRADO

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Sobre a Autora

Letícia Veloso

Graduada em Jornalismo em 2008.

Experiência em materiais impresso, on-line e voltado para TV.

Trabalhou em empresas como: Grupo Folha (UOL), Grupo RBS, Rede Vida e Portal do Walmart. Como locutora (tem DRT na área), trabalhou em emissoras de rádio em Minas Gerais e São Paulo.

Professora de Conhecimentos Gerais e Atualidades dos cursos on-line e de videoaulas produzidos pelo Grupo Nova.

Autora do comentário de questões de concursos públicos de vários livros e outras produções editoriais do Grupo Nova.

1. (TRE-BA – NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2017) As diretrizes da Política Nacional sobre Mudanças do Clima (Lei n.º 12.187/2009) incluem

- a) os mecanismos financeiros e econômicos referentes à mitigação da mudança do clima e à adaptação aos efeitos da mudança do clima no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do Clima e do Protocolo de Quioto.
- b) os mecanismos financeiros e econômicos, no âmbito nacional, referentes à mitigação e à adaptação à mudança do clima.
- c) a utilização de instrumentos financeiros e econômicos para a promoção de ações de mitigação e de adaptação à mudança do clima.
- d) a compatibilização das linhas de crédito e de financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados.
- e) a adoção de medidas fiscais e tributárias para a redução das emissões e remoção de gases de efeito estufa, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivos.

2. (TRE-BA – NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2017) O Decreto n.º 7.746/2012 prevê explicitamente que a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública deve ser integrada por um representante

- a) do Ministério da Saúde.
- b) do Ministério das Cidades.
- c) do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- d) da Casa Civil da Presidência da República.
- e) do Congresso Nacional.

3. (TRE-BA – NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2017) Na literatura, ao ser abordado competência em uma perspectiva de desenvolvimento humano nas organizações, competência genérica está definida como aquela que engloba

- a) aspectos necessários para converter entradas em saídas, como inovação, empreendedorismo, cultura e aprendizagem.
- b) bens estratégicos intangíveis e fundamentados em conhecimento, associados ao valor dos produtos e serviços para os stakeholders.
- c) características individuais que envolvam o manejo de tarefas menos rotineiras, programadas e técnicas.
- d) as capacidades dos gestores de articular uma visão estratégica e comunicá-la a toda a organização.
- e) todos os recursos físicos, de capital e humanos, conhecimentos que capacitam a organização

1.

Em "a", a regra em questão não contempla os mecanismos citados.

Em "b", a sentença citada não corresponde ao proposto.

Em "c", o uso de instrumentos financeiros para propor as ações descritas são previstas pela regra.

Em "d", sentença não procede.

Em "e", essa relação citada não corresponde ao proposto.

GABARITO OFICIAL: C.

2.

Em "a", o ministério em questão não responde à proposta citada.

Em "b", a comissão não está relacionada ao Ministério das Cidades.

Em "c", a sentença não corresponde.

Em "d", a sentença mencionada procede.

Em "e", fato não correspondente.

GABARITO OFICIAL: D.

3.

Em "a", a competência genérica não está relacionada às questões citadas.

Em "b", o dado citado não contempla a definição da competência genérica.

Em "c", as características particulares e individuais estão ligadas ao conceito em questão.

Em "d", sentença não procede.

Em "e", mesmo caso da questão anterior.

GABARITO OFICIAL: C.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.

Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos;

Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos.

Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

PROCESSO DECISÓRIO

1. (STM – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE - 2018) Com referência a gestão de processos e processos decisórios, julgue o próximo item.
A gestão do risco associado à tomada de decisão se baseia no nível de informação disponível sobre a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, a partir do qual gestores distintos podem tomar decisões diferentes.

() CERTO () ERRADO

FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

2. (PC/MA – ESCRIVÃO DE POLÍCIA - CESPE - 2018) Tendo em vista que o alcance dos objetivos organizacionais passa pela condição básica de adequadas estruturação e implementação das funções da administração: planejamento, organização, direção e controle, julgue os itens a seguir, relativos a essas funções.

I. A avaliação da capacitação dos servidores e das condições de trabalho no âmbito de uma secretaria de segurança e o levantamento dos principais locais de ocorrência de furtos a residência no estado relacionam-se à função planejamento e caracterizam ações de análise situacional.

II. A definição da missão organizacional, o estabelecimento de objetivos de longo prazo, a escolha dos caminhos mais adequados para o alcance dos objetivos e a divisão de responsabilidades entre unidades organizacionais são ações relacionadas à função planejamento e, mais especificamente, ao planejamento estratégico.

III. A coordenação das diversas atividades de uma organização, a solução de excessos de conflito, a delegação de competências e o uso do poder para a tomada de decisão são ações pertinentes à função direção.

IV. A avaliação do desempenho organizacional, a mensuração da eficiência na utilização dos recursos corporativos, o grau de alcance dos objetivos de longo prazo e a verificação dos índices de absentéismo e das taxas de rotatividade são ações relacionadas à função controle no nível estratégico.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

1.

De acordo com Chiavenato, a decisão pode ser tomada tendo como base três aspectos condicionais, que são:

Certeza: É a situação em que temos sob controle todos os fatores que afetam a tomada de decisão. Sabemos quais são os riscos e probabilidades de ocorrência de eventos, temos informações sobre custos, sabemos quais são os fatores potencializadores e restritores, temos estudos de viabilidade das alternativas etc.

Risco: É a situação em que sabemos a probabilidade de ocorrência de um evento, mas que tomamos diferentes decisões, de acordo com os riscos que estamos dispostos a assumir.

Incerteza: Situação em que o tomador de decisão tem pouca ou nenhuma informação a respeito da probabilidade de ocorrência de cada evento futuro.

Como vimos, a gestão do risco envolve o grau de segurança que o gestor tem, através do nível de informação, da experiência, do conhecimento, entre outros fatores, que pode deixá-lo mais seguro para assumir o risco.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2.

Em "I", Certo - aplicação de análise swot (ambiente interno e externo)

Em "II", Errado - divisão de responsabilidades se refere à função de organização

Em "III", atentem-se às palavras chaves da afirmativa (coordenar, delegar, tomar decisão) que configuram direção.

Em "IV", aplica-se ao nível tático e não ao estratégico.

GABARITO OFICIAL: B

ARQUIVOLOGIA

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.
Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos;
Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos.
Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

PRINCÍPIOS E CONCEITOS DA ARQUIVOLOGIA

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – CESPE – 2018) Acerca de princípios e de conceitos arquivísticos, julgue o item que se segue.

O princípio da proveniência e o resultado de sua aplicação — o fundo de arquivo — impõem-se à arquivologia, pois esta tem como objetivo administrar documentos de pessoas físicas ou jurídicas.

() CERTO () ERRADO

2. (ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – CESPE – 2018) Acerca de princípios e de conceitos arquivísticos, julgue o item que se segue.

Os arquivos de um órgão público existente há mais de cem anos fazem parte de um fundo aberto.

() CERTO () ERRADO

3. (ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – CESPE – 2018) Acerca de princípios e de conceitos arquivísticos, julgue o item que se segue.

A imparcialidade, como característica do documento de arquivo, diz respeito à criação, à manutenção e à custódia de arquivos.

() CERTO () ERRADO

GESTÃO DE DOCUMENTOS

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

4. (ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – CESPE – 2018) A respeito da gestão de documentos, julgue o item a seguir.

A gestão de documentos compreende a definição da política arquivística, a designação de responsabilidades, o planejamento do programa de gestão e a implantação do programa de gestão.

() CERTO () ERRADO

5. (SEDF – TÉCNICO DE GESTÃO EDUCACIONAL – CESPE – 2017) Julgue o próximo item, relativo ao gerenciamento da informação e à gestão de documentos.

Um dos objetivos da gestão de documentos é garantir, por meio da preservação do acervo, que a documentação produzida esteja acessível em longo prazo.

() CERTO () ERRADO

1. O princípio em questão fixa a identidade do documento (seja de pessoa física ou jurídica) a quem o produziu, organizando-os de forma a obedecer a competência e as atividades de sua origem produtora.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2. Se a instituição ainda está em atividade, como no caso, e continua gerando arquivo, trata-se de fundo aberto.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3. Imparcialidade: refere-se ao fato de que os documentos arquivísticos são inerentemente verdadeiros. Os documentos arquivísticos retratam com fidelidade os fatos e atos que atestam. Deve-se ressaltar que o contexto de produção dos documentos deve ser levado em consideração para se extrair a verdade dos fatos contidos nos registros documentais.

O enunciado se refere à autenticidade do arquivo.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

4. Por Gestão de Documento compreende-se o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente.

Políticas arquivísticas, definição de responsáveis, programa de gestão, entre outras atividades, são decorrentes da implantação da Gestão de Documentos.

GABARITO OFICIAL: CERTO

5. A preservação dos documentos visa adotar medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuam direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais, a fim de conservar o patrimônio documental que seja considerado de ordem permanente.

GABARITO OFICIAL: CERTO

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.
Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos;
Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos.
Empresária.
Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

DÍVIDA E ENDIVIDAMENTO

1. (TCE-PR – ANALISTA DE CONTROLE – CONTÁBIL – SUPERIOR – CESPE – 2016) A operação de crédito por antecipação de receita (ARO)

- a) pode ser livremente contratada pelos entes da Federação, desde que se realize procedimento licitatório da modalidade concorrência com as instituições financeiras interessadas.
- b) pode ser contratada até o final do mandato do governador ou do prefeito.
- c) pode ser realizada independentemente de haver outra operação da mesma natureza não integralmente resgatada.
- d) deve ser integralmente liquidada até o dia 31 de dezembro de cada ano.
- e) não poderá prever tarifas ou outros encargos, além da taxa de juros da operação, cobrados pela instituição financeira contratada.

DESPESA PÚBLICA

2. (TCE-PR – ANALISTA DE CONTROLE – ADMINISTRAÇÃO – SUPERIOR – CESPE – 2016) A respeito de despesa pública, que se refere a pagamentos efetuados por parte do agente público competente, assegurados por autorização legislativa, para a execução de finalidade governamental, assinale a opção correta.

- a) A classificação institucional da despesa é fundamental ao exercício do controle social porque possibilita ao usuário da informação identificar todos os programas de governo.
- b) O gestor de unidade orçamentária com servidores ativos e inativos deverá, no orçamento programa, classificar o dispêndio, com as respectivas remunerações, como operações especiais, por representarem a contraprestação direta sob a forma de serviços.
- c) A classificação funcional, uma das classificações econômicas da despesa, objetiva apresentar as ações e os programas de governo realizados no atendimento às demandas da sociedade.
- d) Na elaboração da proposta orçamentária de tribunal, a verba destinada à construção de um prédio será classificada, conforme a classificação programática, como atividade, visto que o edifício irá atender a meta de estender as atividades administrativas.
- e) As despesas do governo federal incluem as transferências constitucionais decorrentes do rateio da receita corrente de impostos entre os entes federados, cuja finalidade é reduzir as desigualdades sociais.

1.

Em "a": Errado – Não pode o ente da federação contratar livremente crédito por ARO. Existem várias regras para essa contratação, inclusive quanto ao prazo, descrito nas demais alternativas.

Em "b": Errado – Ao contrário, trata-se de uma vedação a contratação de créditos por aro no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito. É o que diz a LRF em seu art. 38, § 2º, IV, b.

Em "c": Errado – Trata-se de uma vedação expressa na LRF, art. 38, IV – " a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;"

Em "d": Errado – A LRF diz em seu art. 38, II – Que as operações de crédito por ARO deverão ser liquidadas até o dia 10 de dezembro.

Em "e": Certo – LRF, art. 38, III – "não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir."

GABARITO OFICIAL: E**2.**

Em "a": Errado – A classificação programática da despesa possibilita identificar o programa de governo. A classificação institucional identifica o órgão e unidade orçamentária responsável pelo gasto público.

Em "b": Errado – As operações especiais são caracterizadas por não representar em a contraprestação direta sob a forma de serviços. O pagamento de inativos é classificado como operação especial, já o pagamento de ativos é classificado como atividade.

Em "c": Errado – A classificação programática apresenta as ações e programas. A funcional apresenta a função e subfunção da despesa, ou seja, em que área a despesa está alocada.

Em "d": Errado – Obras não são contínuas. Assim, estamos diante de um projeto, e não de uma atividade.

Em "e": Certo – Pelo princípio do orçamento bruto, as receitas e despesas devem estar na LOA sem deduções. As repartições de receita devem constar no orçamento como despesa do ente que está realizando a transferência.

GABARITO OFICIAL: E

CONTABILIDADE

Sobre a Autora

Tatiana de Souza Carvalho

Bacharel em Ciências Econômicas pela Fundação Instituto Tecnológico de Osasco-SP.

MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas-SP.

Curso de Formação de professores, realizado na UNIP-SP.

Experiência profissional multidisciplinar, adquirida em empresas de serviços e comércio.

Atuou na rotina administrativa e na financeira (contas a pagar e receber; fluxo de caixa; cobrança e faturamento; conciliação bancária; análise e conciliação contábil), operando sistemas de gestão como InterQuadran e Prosoft.

Participação em vários cursos e palestras de desenvolvimento e aprimoramento nas áreas de Finanças, Administração e Contabilidade, em instituições importantes como: Corecon, BM&FBOVESPA, SENAI, SEBRAE e SENAC.

Consultora voluntária em Gestão Social do Instituto GESC.

Professora do Centro Paula Souza ETEC, onde lecionou os cursos de Logística, Administração, Finanças e Serviço Jurídico.

ATOS E FATOS CONTÁBEIS

Instrução: Na questão a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (POLÍCIA FEDERAL – PERITO CRIMINAL FEDERAL – ÁREA 1 – SUPERIOR – CESPE – 2018) Julgue o item que se segue, relativo ao registro de fatos contábeis típicos.

A alíquota efetiva do ICMS é inferior à alíquota nominal, tendo em vista que o valor desse imposto integra a sua própria base de cálculo.

() CERTO () ERRADO

AVALIAÇÃO DE ESTOQUES

Instrução: Na questão a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

2. (POLÍCIA FEDERAL – PERITO CRIMINAL FEDERAL – ÁREA 1 – SUPERIOR – CESPE – 2018) Julgue o item que se segue, relativo ao registro de fatos contábeis típicos.

A avaliação do estoque de mercadorias de uma empresa pelo método do preço específico é feita por meio do cálculo do custo das mercadorias vendidas ao final do período de apuração, levando-se em conta a média ponderada dos valores de aquisição e do estoque inicial.

() CERTO () ERRADO

AMORTIZAÇÃO, DEPRECIAÇÃO E EXAUSTÃO

Instrução: Na questão a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

3. (POLÍCIA FEDERAL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL – SUPERIOR – CESPE – 2018) Para a melhoria na qualidade do atendimento ao público, certa unidade policial adquiriu 8 computadores e 3 impressoras, que foram postos em uso na mesma data de compra, nas seguintes condições:

- preço de cada computador: R\$ 3.500;
- preço de cada impressora: R\$ 600;
- tempo de vida útil estimada: 5 anos para ambos os equipamentos;
- data da compra: 1.º /7/20x0.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O valor da despesa de depreciação dos 8 computadores a ser contabilizada pela unidade ao final do exercício de 20x0 será de R\$ 2.800.

() CERTO () ERRADO

1.

O ICMS é um imposto que integra a sua própria base de cálculo (imposto calculado por dentro), ou seja, no preço de compra ou de venda do bem ou do serviço já está embutido o valor do ICMS destacado; assim, a sua alíquota efetiva é superior à alíquota nominal.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

Segundo o Art. 295 do RIR/1999, os critérios mais conhecidos para avaliação dos estoques são: Preço específico: Consiste em atribuir a cada unidade do estoque o preço efetivamente pago por ela. O vendedor atribui o preço do produto de acordo com o valor que ele pagou pela unidade que está no estoque. Esse critério só pode ser utilizado para produtos de fácil identificação física, como, por exemplo, automóveis e máquinas de grande porte.

- PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai).
- UEPS (Último que Entra, Primeiro que Sai).
- Preço médio ponderado permanente.
- Preço médio ponderado mensal.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**3.**

Valor total pago pelos computadores = valor depreciável = $3.500 \times 8 = 28.000 / 5$ anos = \$ 5.600/ano / 12 meses = \$ 467/mês de depreciação. Meses a depreciar: de julho a dezembro = 6 meses x \$ 467/mês de depreciação = \$2.800.

GABARITO OFICIAL: CERTO

ESTATÍSTICA

Sobre a Autora

Tatiana de Souza Carvalho

Bacharel em Ciências Econômicas pela Fundação Instituto Tecnológico de Osasco-SP.

MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas-SP.

Curso de Formação de professores, realizado na UNIP-SP.

Experiência profissional multidisciplinar, adquirida em empresas de serviços e comércio.

Atuou na rotina administrativa e na financeira (contas a pagar e receber; fluxo de caixa; cobrança e faturamento; conciliação bancária; análise e conciliação contábil), operando sistemas de gestão como InterQuadran e Prosoft.

Participação em vários cursos e palestras de desenvolvimento e aprimoramento nas áreas de Finanças, Administração e Contabilidade, em instituições importantes como: Corecon, BM&FBOVESPA, SENAI, SEBRAE e SENAC.

Consultora voluntária em Gestão Social do Instituto GESC.

Professora do Centro Paula Souza ETEC, onde lecionou os cursos de Logística, Administração, Finanças e Serviço Jurídico.

DISTRIBUIÇÃO POISSON

Instrução: Em algumas das questões a seguir, preencha nos campos a seguir o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ESTATÍSTICA – CESPE – 2018)

O total diário – X – de pessoas recebidas em uma unidade de pronto atendimento (UPA) para atendimento ambulatorial, e o total diário – Y – de pessoas recebidas nessa mesma UPA para atendimento de urgência segue processos de Poisson homogêneos, com médias, respectivamente, iguais a 20 pacientes/dia e 10 pacientes/dia, e as variáveis aleatórias X e Y são independentes. Sabe-se que, em média, a necessidade de cuidados hospitalares atinge 10% dos pacientes do atendimento ambulatorial e 90% dos pacientes do atendimento de urgência.

A partir dessa situação hipotética, julgue o próximo item, considerando que o registro da necessidade de cuidados hospitalares seja feito no momento em que o paciente chegue à UPA e que H seja a quantidade diária registrada de pacientes com necessidades de cuidados hospitalares.

() CERTO () ERRADO

MEDIDAS DE DISPERSÃO OU VARIAÇÃO

2. (ABIN – OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 2 – SUPERIOR – CESPE – 2018)

A quantidade diária de e-mails indesejados recebidos por um atendente é uma variável aleatória X que segue distribuição de Poisson com média e variância desconhecidas. Para estimá-las, retirou-se dessa distribuição uma amostra aleatória simples de tamanho quatro, cujos valores observados foram 10, 4, 2 e 4.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o seguinte item.

A estimativa de máxima verossimilhança para a variância de X , que corresponde à variância amostral, é maior ou igual a 9.

() CERTO () ERRADO

3. (FUNPRESP – JUD – ANALISTA – INVESTIMENTOS – SUPERIOR – CESPE – 2016) Considerando que Z represente uma distribuição normal padrão, julgue o próximo item.

A variável aleatória $5 \times Z + 3$ segue uma distribuição normal com média igual a 3 e variância igual a 5.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

1.

Na teoria da probabilidade e na estatística, a distribuição de Poisson é uma distribuição de probabilidade de variável aleatória discreta e expressa a probabilidade de uma série de eventos ocorrerem em um certo período de tempo (se estes eventos ocorrerem independentemente de quando ocorreu o último evento).

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2.

Para uma distribuição binomial, como é o caso, a Estimativa de Máxima Verossimilhança (EMV) é igual a média da amostra.

$$EMV = \text{Média} = (10 + 4 + 2 + 4) / 4 = 5$$

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

1º) Aplicando o estimador para média, sabendo que $E(z) = 0$

$$E(5 \cdot Z) + E(3) = 5 \cdot E(z) + 3 = 0 + 3 = 3$$

2º) Aplicando o estimador para variância, sabendo que $\text{Var}(z) = 1$

$$\text{Var}(5 \cdot Z) + \text{Var}(3) = 25 \cdot \text{Var}(z) + 0 = 25 \cdot 1 + 0 = 25$$

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

1. (MPE-PI – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2018) Julgue o item subsequente, relativo a controle da administração pública, regime jurídico administrativo, processo administrativo federal e improbidade administrativa.

Conforme o regime jurídico administrativo, apesar de assegurada a supremacia do interesse público sobre o privado, à administração pública é vedado ter privilégios não concedidos a particulares.

() CERTO () ERRADO

2. (PGM MANAUS-AM – PROCURADOR DO MUNICÍPIO – CESPE – 2018) Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

Um dos aspectos da constitucionalização do direito administrativo se refere à releitura dos seus institutos a partir dos princípios constitucionais.

() CERTO () ERRADO

3. (ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – CESPE – 2018) Julgue o item que se segue, a respeito de aspectos diversos relacionados ao direito administrativo. De forma indireta, no direito administrativo, as fontes inorganizadas influem na produção do direito positivo, apesar de as atividades opinativas e interpretativas serem consideradas fontes que influem nessa produção.

() CERTO () ERRADO

4. (ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA – CESPE – 2018) A jurisprudência administrativa constitui fonte direta do direito administrativo, razão por que sua aplicação é procedimento corrente na administração e obrigatória para o agente administrativo, cabendo ao particular sua observância no cotidiano.

() CERTO () ERRADO

1.

A administração pública, para que possa garantir o exercício de suas funções, de modo a almejar o interesse público, compreendido como o interesse da coletividade, que deve se sobrepor aos interesses de particulares, conta com um grande arsenal de prerrogativas e faculdades para a persecução de seus fins. Alguns exemplos são: a polícia administrativa, característica do Poder de Império e da coercibilidade, o tombamento, e a desapropriação de propriedade privada para fins de reforma agrária.

GABARITO OFICIAL: ERRADO.**2.**

A “constitucionalização” do direito administrativo é um fenômeno real, que a cada dia vem se aprimorando no ordenamento jurídico brasileiro. O direito administrativo mantém estreita afinidade e íntimas relações com o direito constitucional, uma vez que ambos cuidam da mesma entidade: o Estado. De fato, as regras gerais que regulam a atividade administrativa, atualmente, passam a ser interpretadas sob uma nova ótica. Um exemplo claro dessa nova ótica é a superação do princípio da legalidade na prática de atos administrativos vinculados: o controle de tais atos passa a ser feito tendo por base não apenas a Lei em sentido estrito, e sim a Constituição Federal (legalidade ampla, ou adequação), que encontra-se no topo do ordenamento legal e atribui legitimidade às demais normas hierarquicamente inferiores. Para compreender melhor esse fenômeno, recomenda-se a leitura do discurso de posse do Ministro Ricardo Lewandowski à presidência do Supremo Tribunal Federal.

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

O enunciado da questão faz referência aos costumes e à praxe administrativa, que são classificados pela doutrina como fontes não organizadas, não escritas de direito administrativo. Ademais, costume e praxe devem ser sempre subordinados à Constituição e às leis, assumindo, assim, relevância secundária como fonte de Direito. A princípio, detêm mero poder de orientação/indicação da ação estatal, diferente das leis, que são consideradas fontes primárias do direito administrativo.

GABARITO OFICIAL: CERTO**4.**

Primeiramente, a jurisprudência é considerada uma fonte mediata, ou secundária de direito administrativo. A única fonte imediata ou primária é a lei. Além disso, o enunciado apresenta uma “pegadinha”: seu erro está no fato de afirmar que cabe ao particular a observância da jurisprudência em seu cotidiano, quando na verdade é tarefa da Administração, seus agentes e órgãos a observância da jurisprudência na prática de seus atos.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP.

Bolsista CAPES/PROSUP.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis.

Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ.

Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo.

Professor de cursos preparatórios para concursos públicos.

Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP.

Advogado.

Consultor Jurídico.

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (CGM-PB – AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO – CESPE – 2018) Julgue o item subsequente, relativo ao sistema tributário, ao sistema financeiro, ao orçamento público e ao controle externo conforme as disposições da CF. É vedada a vinculação das receitas próprias geradas pelos impostos municipais à prestação de contragarantia à União.

() CERTO () ERRADO

2. (CGM-PB – AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO – CESPE – 2018) Julgue o item subsequente, relativo ao sistema tributário, ao sistema financeiro, ao orçamento público e ao controle externo conforme as disposições da CF. No âmbito das finanças públicas, é necessária a existência de prévia autorização legislativa para a instituição de fundos de qualquer natureza.

() CERTO () ERRADO

PODER JUDICIÁRIO

Instrução: Na questão a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

3. (STJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2018) A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF) sobre o regime jurídico da administração pública e o Poder Judiciário, julgue o item seguinte. É competência exclusiva do Superior Tribunal de Justiça julgar governadores de estado por crimes de responsabilidade.

() CERTO () ERRADO

PODER EXECUTIVO

Instrução: Na questão a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

4. (INSTITUTO RIO BRANCO – DIPLOMATA – CESPE – 2018) Considerando a ordem constitucional brasileira, julgue (C ou E) o item seguinte. O Poder Executivo é um órgão pluripessoal, exercido pelo presidente e pelo vice-presidente da República e pelos ministros de Estado.

() CERTO () ERRADO

1. O § 4º do art. 167 da CF estabelece exceções quanto à vedação de vinculação de receita tributária para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos com a mesma.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

2. Mediante a redação do art. 167, IX, CF, veda-se: a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3. O art. 105, I, a) da CF prescreve que é competência originária do STJ o julgamento de crimes comuns de Governadores de Estado.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

4. Prescreve o art. 76 que: "O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado". Portanto, não se trata de órgão pluripessoal.

GABARITO OFICIAL: ERRADO.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

PROTEÇÃO SOCIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA OU MENTAL

À luz do Decreto n.º 3.298/1999, que institui a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, julgue os itens subsequentes.

1. (STM – ANALISTA JUDICIÁRIO – SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2018) Compõem o grupo de pessoas com deficiência aquelas que têm deficiência física, auditiva, visual, mental e(ou) múltipla.

() CERTO () ERRADO

2. (STM – ANALISTA JUDICIÁRIO – SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2018) Considera-se deficiência toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere inaptidão para o desempenho de atividade.

() CERTO () ERRADO

3. (STM – ANALISTA JUDICIÁRIO – SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2018) Consta no decreto a previsão da garantia de atendimento domiciliar de saúde para todos os tipos de deficiência, desde que a pessoa não esteja internada.

() CERTO () ERRADO

4. (MPU – ANALISTA DE SAÚDE – SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2010) Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), julgue o item subsequente. Considera-se incapaz de prover a sua manutenção a pessoa idosa ou portadora de necessidades especiais pertencente a família cuja renda mensal seja inferior a 1/4 do salário mínimo.

() CERTO () ERRADO

5. (SERPRO – ANALISTA - SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2013) Acerca da legislação direcionada ao idoso e às pessoas com deficiência, julgue o item a seguir: A garantia dos direitos dos idosos é de inteira responsabilidade de suas famílias; a cargo do poder público ficam apenas os casos comprovados de abandono familiar.

() CERTO () ERRADO

6. (SERPRO – ANALISTA - SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2013) Segundo a política nacional para integração de pessoa portadora de deficiência, todas as empresas são obrigadas a empregar uma porcentagem de trabalhadores com deficiência.

() CERTO () ERRADO

GABARITO COMENTADO

1. O art. 4º, I a IV, do Decreto nº 3.298/1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, enquadra a pessoa portadora de deficiência em diferentes categorias, a saber: I - deficiência física; II – deficiência auditiva; III – deficiência visual; e IV – deficiência mental.

GABARITO OFICIAL: CERTO.

2. O Decreto nº 3.298/1998, em seu art. 3º, inciso I, define “deficiência” como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

GABARITO OFICIAL: CERTO

3. Sobre o atendimento domiciliar, dispõe o art. 16, V, do Decreto nº 3.298/1998, que a garantia de atendimento domiciliar de saúde será concedida somente ao portador de deficiência grave não internado.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

4. A Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), ou LOAS, dispõe em seu art. 20, § 3º, que considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

5. O art. 3º da Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

6. O Decreto nº 3.298/1998 dispõe, em seu art. 36, que a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, nas proporções de: até duzentos empregados, dois por cento; de duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento; de quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou mais de mil empregados, cinco por cento. Dessa forma, não é toda empresa que é obrigada a preencher alguns de seus cargos com pessoas portadoras de deficiência.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITOS HUMANOS

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

1. (DPE-MA – DEFENSOR PÚBLICO – CESPE – 2011) Considerando a teoria geral dos direitos humanos, assinale a opção correta.

- a) Consoante a teoria da margem de apreciação, nenhuma norma de direitos humanos pode ser invocada para limitar o exercício de qualquer direito.
- b) A característica da indivisibilidade dos direitos humanos decorre da constatação de que a condição de pessoa é o único requisito para a sua titularidade de direitos e das necessidades humanas universais.
- c) A superioridade das normas de direitos humanos caracteriza-se pela aferição de idoneidade, necessidade e equilíbrio da intervenção do Estado em determinado direito fundamental.
- d) O princípio da proibição do retrocesso social é uma cláusula de defesa do cidadão em face de possíveis arbítrios impostos pelo legislador no sentido de desconstituir as normas de direitos fundamentais.
- e) Com a inclusão dos direitos sociais no rol dos direitos do homem, antes composto apenas de direitos de liberdade, os direitos do homem passaram a constituir uma categoria homogênea.

2. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que se refere à fundamentação dos direitos humanos e à sua afirmação histórica, julgue os itens subsecutivos.

Conforme a teoria positivista, os direitos humanos fundamentam-se em uma ordem superior, universal, imutável e inderrogável.

() CERTO () ERRADO

3. (INSTITUTO RIO BRANCO – DIPLOMATA – CESPE – 2010) Como antecipou Joaquim Nabuco, a escravidão e o tráfico de escravos, graves violações aos direitos humanos, estão hoje proscritos pelo direito internacional. À luz das normas de direito internacional aplicáveis ao tema, julgue a seguinte frase.

O tráfico de pessoas como modalidade de crime organizado internacional limita-se à exploração de mão de obra escrava.

() CERTO () ERRADO

1.

Em “a”: Errado – A Teoria da Margem de Apreciação visa a solucionar conflitos concretos. Para tanto, admite a utilização do princípio da proporcionalidade, como uma forma de ponderar as normas de direitos humanos.

Em “b”: Errado – A indivisibilidade dos direitos humanos decorre do fato de que eles não podem ser analisados separadamente, uma vez que são garantias universais a todo e qualquer ser humano.

Em “c”: Errado – A superioridade das normas traduz-se no aspecto da jus cogens ou da lei coercitiva, capaz de compelir os Estados e organizações internacionais à aplicação dos direitos humanos.

Em “d”: Certo – A proibição ao retrocesso consiste na possibilidade de reconhecimento do grau de vinculação do legislador aos ditames constitucionais relativos aos direitos sociais, o que significa que não pode o legislador, uma vez alcançado determinado grau de concretização de uma norma constitucional definidora de direito social, suprimir ou reduzir essa concretização sem a criação de mecanismo equivalente ou substituto.

Em “e”: Errado – A inserção dos direitos sociais ao rol dos direitos fundamentais humanos fez com que a figura do Estado se transformasse, de Liberal para uma figura mais Social e interventora, que visa a uma igualdade material entre os cidadãos, haja vista a notável sociedade heterogênea.

GABARITO OFICIAL: D**2.**

O enunciado da questão apresenta uma visão mais jusnaturalista sobre os direitos humanos. Para a visão positivista, os direitos humanos não são absolutos, devem estar inseridas no ordenamento jurídico de cada Constituição Nacional (por isso o nome “positivismo”), para que apresentem força cogente. Tal visão leva em consideração fatores culturais, morais e sociais, variáveis em sua constituição. Por isso, é praticamente impossível almejar uma fundamentação absoluta, ou caráter permanente para algo que necessariamente irá sofrer alterações.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**3.**

A definição aceita internacionalmente para tráfico de pessoas encontra-se no Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (Palermo, 2000), instrumento já ratificado pelo governo brasileiro. Segundo o referido Protocolo, a expressão tráfico de pessoas abrange “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração”.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITO CIVIL

Sobre a Autora

Mariela Cardoso

Jornalista e advogada, graduada na Universidade de Marília e Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM).

Especialista pela Fundação Getúlio Vargas.

Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília-SP.

Professora especializada.

LINDB

Instrução: Em algumas das questões a seguir preencha o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

1. (STJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA – CESPE – 2018) Julgue o item a seguir, à luz da Lei de Introdução ao Código Civil, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Se a lei não dispuser em sentido diverso, a sua vigência terá início noventa dias após a data de sua publicação.

() CERTO () ERRADO

2. (STJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA – CESPE – 2018) Julgue o item a seguir, à luz da Lei de Introdução ao Código Civil, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Lei em vigor tem efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

() CERTO () ERRADO

PESSOA NATURAL

3. (STJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA – CESPE – 2018) Acerca dos direitos da personalidade, julgue o item que se segue. Ressalvadas as exceções previstas em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício, no entanto, sofrer limitação voluntária.

() CERTO () ERRADO

4. (STJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA – CESPE – 2018) Acerca dos direitos da personalidade, julgue o item que se segue. É proibida, ainda que com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

() CERTO () ERRADO

5. (STJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO/ADMINISTRATIVA – CESPE – 2018) Acerca dos direitos da personalidade, julgue o item que se segue. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da mesma proteção que se dá ao nome.

() CERTO () ERRADO

1.

Art. 1º. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

§ 1º Nos Estados, estrangeiros à obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

§ 3º Se, antes de entrar a lei em vigor ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

§ 4º As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

Art. 6º. A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**4.**

Art. 14. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

Parágrafo único. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**5.**

Art. 19. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

GABARITO OFICIAL: CERTO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sobre a Autora

Greice Aline da Costa Sarquis Pinto

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (FADAP/FAP).

Membro da Comissão do Jovem Advogado na 34ª Subseção de Tupã-SP.

Advogada inscrita na OAB-SP, sob nº 298.596.

DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. (TJ-PR – JUIZ SUBSTITUTO – CESPE – 2017) Em cada uma das próximas opções, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que, de acordo com a legislação processual, apresenta a assertiva correta.

- a) Foi distribuída para determinado juiz ação em que é parte instituição de ensino na qual ele leciona. Nessa situação, o magistrado tem de se declarar suspeito, haja vista que a suspeição independe de arguição do interessado.
- b) Em determinada ação de cobrança, o magistrado julgou parcialmente procedente o pedido autoral, condenando o réu a pagar metade do valor pleiteado. Nessa situação, os honorários advocatícios deverão ser compensados em razão da sucumbência recíproca.
- c) O MP deixou de apresentar parecer após o prazo legal que possuía para se manifestar como fiscal da ordem jurídica. Nessa situação, o juiz deverá requisitar os autos e dar andamento ao processo mesmo sem a referida manifestação.
- d) Pedro ajuizou demanda contra Roberto e, na petição inicial, requereu a concessão de gratuidade de justiça. Nessa situação, caberá agravo de instrumento contra a decisão que denegar ou conceder o pedido de gratuidade.

AÇÃO DE DESPEJO, AÇÕES LOCATÍCIAS

2. (TJ-PR – JUIZ SUBSTITUTO – CESPE – 2017) Pedro alugou um imóvel pertencente a Maria. Os fiadores, João e Mateus, não renunciaram ao benefício de ordem nem optaram expressamente pelo benefício da divisão. Diante da ausência de pagamento de Pedro, Maria ajuizou ação de despejo cumulada com cobrança de alugueres vencidos e vincendos. Julgado procedente o pedido, na fase de execução do julgado, ante a ausência de bens de Pedro e João, foi penhorado imóvel de Mateus, o qual argumentou que o bem era destinado à sua residência com os filhos menores. Considerando essa situação hipotética à luz da legislação aplicável ao caso e da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta

- a) É reconhecido benefício de ordem em favor de João, ainda que Pedro seja insolvente.
- b) Um dos pressupostos para o conhecimento de ações semelhantes à impenhorada por Maria é a demonstração de atraso de, no mínimo, três meses no pagamento do aluguel.
- c) Mateus poderia alegar o benefício da divisão e exigir de João a parte que lhe cabe no pagamento.
- d) A penhora realizada sobre o bem de família de Mateus foi legítima.

1.

a) Em “a” a alternativa está INCORRETA. A hipótese veicula caso de impedimento.
b) Em “b” a alternativa está INCORRETA. É vedada a compensação de honorários no caso de sucumbência recíproca, conforme art. 85, §14.

c) Em “c” a alternativa está CORRETA. A alternativa está correta pois dispõe o artigo 180 do CPC: Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1o.

§ 1o Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.

d) Em “d” a alternativa está INCORRETA. Só cabe agravo de instrumento em face da decisão que indefere ou revoga o benefício da gratuidade de justiça, art. 101.

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Em “a” a alternativa está INCORRETA. Pedro é o devedor, e João é um dos fiadores. Nos termos do art. 827 do CC: “O fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor”. Contudo, no caso, sendo Pedro (devedor) insolvente, não há como ser reconhecido o benefício de ordem em favor de João, conforme previsão contida no art. 828, III, do CC: “Não aproveita este benefício ao fiador: III - se o devedor for insolvente, ou falido”.

Em “b” a alternativa está INCORRETA. No caso da ação de despejo por falta de pagamento, uma grande inovação contida na nova Lei de locações (Lei nº 8.245/91) é a possibilidade de o locador requerer em juízo a liminar de desocupação do imóvel em 15 dias (art. 59, § 1º). No mais, a Ação de Despejo por falta de pagamento pode ser ajuizada no dia seguinte ao da data-limite fixada para pagamento. A partir dessa data, o Locatário já estará inadimplente e será responsável por todos os ônus contratuais decorrentes da mora. O certo é que, mesmo citado da Ação de Despejo, o Locatário ainda poderá manter a locação. Apenas é preciso “emendar a mora”, ou seja, dentro de quinze dias da citação, poderá depositar o valor total da dívida, nela incluídos todos os aluguéis vencidos até a data do depósito, mais as custas, multa, juros e honorários advocatícios (art. 62, II).

Em “c” a alternativa está INCORRETA. Para se obter o benefício de divisão, é necessário que os fiadores o tenham estipulado. No caso, consta que os fiadores, João e Mateus, não optaram expressamente pelo benefício da divisão. Consta do art. 829/CC: “A fiança conjuntamente prestada a um só débito por mais de uma pessoa importa o compromisso de solidariedade entre elas, se declaradamente não se reservarem o benefício de divisão. Parágrafo único. Estipulado este benefício, cada fiador responde unicamente pela parte que, em proporção, lhe couber no pagamento”. Assim, tal benefício não se lhes aplica.

Em “d” a alternativa está CORRETA. A penhora realizada sobre o bem de família de Mateus (um dos fiadores) foi legítima. Isso porque se trata de expressa previsão no art. 3º da lei que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8009/90): “Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido: VII - por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação”. Ademais, consta da Súmula 549 - STJ – “É válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação”.

GABARITO OFICIAL: D

DIREITO PENAL

Sobre o Autor

Diego Pureza

Pós-Graduado em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG.

Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG.

Pós-Graduado em Corrupção: Controle e Repressão a Desvios de Recursos Públicos pela Universidade Estácio de Sá.

Bacharel em Direito pela Universidade Anhanguera Educacional de Jacaréí.

Sócio, Diretor Administrativo e Professor do Burke Instituto Conservador.

Coordenador e Professor de Direito Penal e Criminologia da Nova Concursos.

Professor de Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia e Legislação Especial de diversos cursos preparatórios para concursos públicos.

Palestrante com ênfase em temas penais e autor de artigos e obras jurídicas.

Advogado.

ANALOGIA

1. (EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO – CESPE – 2018) A analogia constitui meio para suprir lacuna do direito positivado, mas, em direito penal, só é possível a aplicação analógica da lei penal in bonam partem, em atenção ao princípio da reserva legal, expresso no artigo primeiro do Código Penal

() CERTO () ERRADO

SUCESSÃO DE LEIS PENAIS NO TEMPO E JURISPRUDÊNCIA

2. (STJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2018) Tendo como referência a jurisprudência sumulada dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, acerca de crimes, penas, imputabilidade penal, aplicação da lei penal e institutos. Tratando-se de crimes permanentes, aplica-se a lei penal mais grave se esta tiver vigência antes da cessação da permanência

() CERTO () ERRADO

PARTE GERAL – ARREPENDIMENTO POSTERIOR

3. (PF – DELEGADO – CESPE – 2018) Cristiano, maior e capaz, roubou, mediante emprego de arma de fogo, a bicicleta de um adolescente, tendo-o ameaçado gravemente. Perseguido, Cristiano foi preso, confessou o crime e voluntariamente restituiu a coisa roubada. Nessa situação, a restituição do bem não assegura a Cristiano a redução de um a dois terços da pena, pois o crime foi cometido com grave ameaça à pessoa

() CERTO () ERRADO

PARTE GERAL – EXCLUDENTES DE ILICITUDE

4. (STJ – ANALISTA JUDICIÁRIO E OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR – CESPE – 2018) A respeito da culpabilidade, da ilicitude e de suas excludentes, julgue os itens que se seguem. Situação hipotética: Um oficial de justiça detentor de porte de arma de fogo, ao proceder à citação de um réu em processo criminal, foi por este recebido a tiros e acabou desferindo um disparo letal contra o seu agressor. Assertiva: Nessa situação, a conduta do oficial de justiça está abarcada por uma excludente de culpabilidade representada pela inexigibilidade de conduta diversa

() CERTO () ERRADO

1.

A Analogia é forma de integração da lei penal (e não de interpretação, não se confundindo com interpretação extensiva e interpretação analógica). Pressupõe omissão legislativa involuntária, ou seja, lacunas em que o Poder Legislativo não intencionalmente deixou na lei penal. Nesses casos, o juiz poderá aplicar o mesmo entendimento/regra de casos análogos, pois no Brasil não se admite que o Poder Judiciário se abstenha de decidir em razão de ausência de norma específica (proibição do “nom liquet”). Todavia, é pacífico o entendimento de que a Analogia só é admitida quando se traduzir, no caso concreto, em benefício ao réu (“in bonam partem”), sendo terminantemente vedada analogia “in malam partem”.

GABARITO OFICIAL: CERTO**2.**

Não se trata de retroatividade de norma mais benéfica ou irretroatividade da lei penal, isso porque a nova lei surge ainda durante a prática do crime (crime permanente, antes de cessar a permanência). O enunciado espelha o verbete da Súmula 711 do STF: “A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência”.

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

O instituto do Arrependimento Posterior (art. 16 do CP) permite a diminuição da pena de um a dois terços, caso o agente, nos crimes contra o patrimônio, repare o dano ou restitua a coisa à vítima, desde que até o recebimento da denúncia. Todavia, tal benesse só é permitida aos crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa. Considerando que o enunciado aponta o delito de roubo, o arrependimento posterior não poderá ser aplicado.

GABARITO OFICIAL: CERTO**4.**

Durante toda a situação hipotética, é narrado um típico caso de Legítima Defesa (Excludente de Ilícitude), onde o Oficial de Justiça, portando arma de fogo legalizada, sofre injusta agressão por meio de disparos de arma de fogo. Agindo, repele a injusta agressão valendo-se do único meio disponível e igualmente proporcional narrado pelo enunciado. Todavia, ao final, o enunciado anuncia equivocadamente se tratar de excludente da Culpabilidade (inexigibilidade de conduta diversa).

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sobre o Autor

Diego Pureza

Pós-Graduado em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG.

Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG.

Pós-Graduado em Corrupção: Controle e Repressão a Desvios de Recursos Públicos pela Universidade Estácio de Sá.

Bacharel em Direito pela Universidade Anhanguera Educacional de Jacaréí.

Sócio, Diretor Administrativo e Professor do Burke Instituto Conservador.

Coordenador e Professor de Direito Penal e Criminologia da Nova Concursos.

Professor de Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia e Legislação Especial de diversos cursos preparatórios para concursos públicos.

Palestrante com ênfase em temas penais e autor de artigos e obras jurídicas.

Advogado.

1. (EBSERH – ADVOGADO – CESPE– 2018) Quanto ao inquérito policial, à ação penal, às regras de fixação de competência e às disposições processuais penais relacionadas aos meios de prova, julgue o item a seguir.

A denúncia anônima de fatos graves, por si só, impõe a imediata instauração de inquérito policial, no âmbito do qual a autoridade policial deverá verificar se a notícia é materialmente verdadeira.

() CERTO () ERRADO

2. (STJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE– 2018) No que se refere aos tipos de prisão e aos meios processuais para assegurar a liberdade, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Pedro teve a prisão temporária decretada no curso de uma investigação criminal. Ao final de cinco dias, o Ministério Público requereu a conversão de sua segregação em prisão preventiva. Assertiva: Nessa situação, o prazo para o término do inquérito policial será contado da data em que a prisão temporária tiver sido convertida em prisão preventiva.

() CERTO () ERRADO

3. (STJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE– 2018) Julgue o item a seguir, acerca de processos relativos a crimes praticados por servidores públicos.

Se a denúncia contra servidor público a respeito da prática de crime contra a administração pública em geral vier acompanhada do respectivo inquérito policial, será desnecessária a resposta preliminar prevista no procedimento especial para crimes dessa natureza.

() CERTO () ERRADO

4. (STJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE– 2018) A respeito dos procedimentos de investigação, julgue o item que se segue.

Notitia criminis é o meio pelo qual a vítima de delito ou o seu representante legal manifesta sua vontade a respeito da instauração do inquérito policial e do posterior oferecimento de denúncia, nas hipóteses de ação penal pública condicionada.

() CERTO () ERRADO

5. (STJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE– 2018) A respeito dos procedimentos de investigação, julgue o item que se segue.

O inquérito policial tem caráter inquisitório, dispensando a ampla defesa e o contraditório, motivo pelo qual os elementos de informação nele documentados não são disponibilizados ao defensor do investigado.

() CERTO () ERRADO

1.

O art. 5º, IV, da CF, veda o anonimato, não seria possível admitir a instauração de um inquérito policial com base tão somente em uma *delatio criminis* anônima ou delação apócrifa ou *notitia criminis* inqualificada, até porque uma instauração de inquérito policial com base em algo inexistente pode ensejar o crime de denúncia caluniosa e se o agente é anônimo não há como processá-lo por esse crime. O STF já decidiu que a “denúncia anônima”, por si só, não serviria para fundamentar a instauração de inquérito policial.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

O caput do art. 10, do CPP, diz que o prazo para terminar o inquérito será de 10 dias se o indiciado estiver preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contanto o prazo, nesta última hipótese, a partir do dia em que executar a ordem de prisão.

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

Observe que no art. 514, do CPP, nos crimes afiançáveis, dentre eles os crimes praticados por servidores públicos contra a administração pública, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias, sendo desnecessária a resposta preliminar.

GABARITO OFICIAL: CERTO**4.**

O art. 5º, § 3º, do CPP, estabelece que qualquer pessoa pode levar ao conhecimento da autoridade policial a ocorrência de uma infração penal, hipótese conhecida como *delatio criminis*. A *notitia criminis* pode chegar ao conhecimento do delegado de formas diversas, como, por exemplo, por comunicação de outros policiais, por matéria jornalística, boletim de ocorrência lavrado em sua delegacia, por informação prestada por conhecidos etc. Não está relacionada a condição de oferecimento da denúncia.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**5.**

De acordo com o art. 20, do CPP, a autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade. Sua finalidade é a de evitar que a publicidade em relação às provas colhidas ou àquelas que a autoridade pretende obter prejudique a apuração do ilícito. Outro ponto, o indiciado pode ter acesso aos autos, inclusive advogado, mesmo sem procuração. Não confundir inquisitivo com sigilo.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITO DO TRABALHO

Sobre a Autora

Natasha Mirella Melo Costa

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA.
Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG.
Advogada.
Consultora jurídica.

DAS RELAÇÕES LABORAIS

1. (EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO – CESPE – 2018) Acerca da responsabilidade previdenciária e trabalhista nos contratos administrativos, julgue o item que se segue. A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referente ao período da prestação laboral.

() CERTO () ERRADO

2. (EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO – CESPE – 2018) Acerca da responsabilidade previdenciária e trabalhista nos contratos administrativos, julgue o item que se segue. Os entes da administração pública direta ou indireta respondem subsidiariamente quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas independentemente de conduta culposa, especialmente no que refere ao dever de fiscalizar o adimplemento das obrigações.

() CERTO () ERRADO

3. (EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO – ÁREA JURÍDICA – CESPE – 2018) Julgue o item que segue de acordo com a legislação e a jurisprudência trabalhista. A demonstração do interesse integrado e a atuação conjunta de empresas com identidade de sócios são requisitos a serem observados para a caracterização de grupo econômico.

() CERTO () ERRADO

4. (PGM-AM – PROCURADOR DO MUNÍCIPIO – CESPE – 2018) No que se refere a atividades insalubres e perigosas, contrato individual de trabalho e FGTS, julgue o item subsequente.

Um policial militar que, nos dias de folga do serviço em sua corporação, prestar serviços de escolta armada a uma empresa de segurança não fará jus a qualquer indenização, ainda que sofra acidentes em serviço, devido ao fato de a sua condição de policial militar inviabilizar a existência de vínculo empregatício.

() CERTO () ERRADO

COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

5. (EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO – ÁREA JURÍDICA – CESPE – 2018) Caso exista comissão de conciliação prévia instituída na empresa Supermercados Onofre, fundada em acordo coletivo de trabalho e dotada de composição paritária entre representantes dos empregados e do empregado, a submissão da demanda de Carla a esse colegiado não seria pressuposto necessário ao ajuizamento da reclamação trabalhista.

() CERTO () ERRADO

1. Conforme a Súmula n. 331, TST: VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2. De acordo com a Súmula n. 331 TST - Contrato de prestação de serviços. Legalidade V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. (Inserido - Res. 174/2011 - DeJT 27/05/2011).

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3. Conforme discorre a CLT no art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço § 3o Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.

GABARITO OFICIAL: CERTO

4. É legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar, de acordo com o art. 3º da CLT.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

5. O STF, no julgamento da medida cautelar nas ADINs 2.139-7 e 2.160-5 (DOU 22.05.2009), deferiu, por maioria de votos, pela parcialidade das ações, para dar a este artigo, interpretação conforme a Constituição Federal, no sentido de afastar a obrigatoriedade da submissão das demandas trabalhistas à comissão de conciliação prévia. Isto é, em concordância com a CLT, é obrigatória a submissão, mas de acordo com o STF, não é obrigatória. A questão não menciona se é de acordo com a CLT ou jurisprudência. Na hora da prova fica difícil responder.

GABARITO OFICIAL: CERTO

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Sobre a Autora

Natasha Mirella Melo Costa

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA.

Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG.

Advogada.

Consultora jurídica.

1. (EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO – CESPE – 2018) De acordo com o entendimento jurisprudencial da justiça do trabalho:

I – Na ação rescisória, o prazo decadencial para seu ajuizamento é contado a partir do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida nos autos, independentemente de tal decisão ser de mérito ou não;

II – O trânsito em julgado da decisão objeto do corte rescisório, portanto, é pressuposto processual necessário ao ajuizamento da ação rescisória, cuja ausência, respeitado o prazo para emenda, implica o indeferimento da petição inicial. Nessa linha de raciocínio, o eventual trânsito em julgado da decisão rescindenda, posterior ao ajuizamento da ação rescisória, não tem o condão de afastar o indeferimento da petição inicial, ainda que devidamente juntada aos autos, no prazo para a emenda, a prova da sua ocorrência.

() CERTO () ERRADO

2. (EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO – CESPE – 2018) Com relação ao processo do trabalho, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Um tribunal regional do trabalho indeferiu mandado de segurança impetrado por uma sociedade de economia mista.

Assertiva: Nessa situação, o processo deverá ser encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho para que este proceda ao reexame necessário do mandado.

() CERTO () ERRADO

3. (EMAP – ANALISTA PORTUÁRIO – ÁREA JURÍDICA – CESPE – 2018) Julgue o item a seguir, acerca dos dissídios coletivos no processo do trabalho.

Em vista da competência originária dos tribunais regionais do trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho para julgar dissídios coletivos entre sindicatos de empregados e sindicatos de empregadores, é inaplicável, em qualquer hipótese processual, o manejo dos recursos de revista e de embargos no âmbito da subseção de dissídios individuais.

() CERTO () ERRADO

4. (PGM-AM – PROCURADOR DO MUNICÍPIO – CESPE – 2018) Em relação ao dissídio coletivo, à ação rescisória e ao mandado de segurança na justiça do trabalho, julgue o item a seguir.

Decisão judicial que determinar o bloqueio de numerário existente em conta-salário para satisfação de crédito trabalhista ofenderá direito líquido e certo e autorizará a impetração de mandado de segurança.

() CERTO () ERRADO

1.

De acordo com o § I da Súmula 299 do TST, é indispensável o trânsito em julgado da decisão rescindenda para interpor AR. Ainda assim, o § III afirma que a comprovação é indispensável na interposição da AR. O trânsito em julgado posterior não reabilita a ação proposta sem a comprovação (não há AR preventiva).

GABARITO OFICIAL: CERTO**2.**

Não está sujeita a reexame necessário decisão proferida contra sociedade de economia mista e empresa pública. Ainda assim, o art. 496, expõe: está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença. I - Proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;

GABARITO OFICIAL: ERRADO**3.**

O Recurso de Revista é um recurso dos dissídios individuais, deve vir desde a vara, passando pelo TRT via recurso, até finalmente chegar ao TST. Costumo pensar que é um percurso direto, uma linha reta partindo do ponto zero (juiz de 1º grau). Nos dissídios coletivos a reta já parte da metade, pois são competência de tribunal.

GABARITO OFICIAL: CERTO**4.**

Em concordância com a OJ n. 153 da SDI-2 do TST, a qual, reafirma o art. 833, IV do CPC. Em tese, o salário não pode ser penhorado para pagamento de débitos trabalhistas, isto é, mantém a impenhorabilidade absoluta em primeiro plano. No entanto, para os salários que ultrapassam a 50 (cinquenta) salários mínimos, abre-se uma exceção que possibilita a penhora da totalidade do que exceder aquela quantia. Ou seja, se receber 60 (sessenta) salários mínimos, poderá haver a penhora de 10 (dez) salários mínimos.

GABARITO OFICIAL: CERTO

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

1. (MPE-PI – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2018) A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

Além de demandar a obediência a valores e normas de conduta, a solução dos problemas éticos na administração pública requer um padrão transparente e previsível de procedimentos.

() CERTO () ERRADO

2. (MPE-PI – ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA PROCESSUAL – CESPE – 2018) A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

O pretorianismo é considerado um fator que favorece a democracia, por garantir o exercício da cidadania.

() CERTO () ERRADO

3. (MPE-PI – ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA PROCESSUAL – CESPE – 2018) A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

Moral, vocábulo herdado do latim, e ética, do grego, identificam conceitos que exprimem um conjunto de regras de conduta que se espera que sejam adotadas.

() CERTO () ERRADO

4. (MPE-PI – TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2018) Com relação aos princípios e aos valores éticos e morais no serviço público, julgue o seguinte item.

O servidor público poderá abrir mão do elemento ético de sua conduta quando, no exercício de sua função, determinada situação exigir rapidez e celeridade.

() CERTO () ERRADO

1.

A frase dispõe sobre dois princípios da Administração Pública. Ao dizer que a Administração deve “demandar a obediência a valores e normas de conduta”, faz referência ao princípio da legalidade, característica fundamental na atuação de todo agente público, que tem seu campo de atuação restringido, agindo apenas segundo e nos termos da lei. Além disso, ao dispor sobre “padrão transparente e previsível de procedimentos”, faz referência ao princípio da publicidade, que impõe à Administração o dever de tornar público os seus atos, para que possuam eficácia erga omnes perante todos os administrados.

GABARITO OFICIAL: CERTO**2.**

A frase dispõe sobre pretorianismo. Trata-se de um termo que faz referência à influência política de forma abusiva por parte do poder militar. Procedeu de pretoriano, soldado da Guarda Pretoriana, elite militar de grande influência que intervinha na eleição de imperadores romanos, proclamando uns e assassinando outros. Nesse sistema de governo, prevalecem as pequenas elites, pelo uso da força, fraude, e violência. É evidente que o pretorianismo prejudica os valores democráticos, restringindo o direito de cidadania.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**3.**

“Moral” advém do latim *mos* ou *mores*, remete-se a ideia de costume, exprime um conjunto de condutas corretas em um determinado tempo e espaço e, por isso, apresenta valores mutáveis segundo os costumes da época. “Ética”, por sua vez, advém do grego *ethos*, que significa modo de ser, relacionado a ideia de caráter. A ética é uma reflexão filosófica da moral, uma ciência cujo objeto de estudo é a própria moral. Seus valores são permanentes e imutáveis, pois constitui em valores universais e atemporais. Ambos a ética e a moral representam um conjunto de regras de conduta que se espera sejam respeitadas pelos demais membros da sociedade.

GABARITO OFICIAL: CERTO.**4.**

O servidor público não pode abrir mão do elemento ético de sua conduta. Segundo o item II do Decreto nº 1.171/1994, que institui o Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos do Poder Executivo Federal, O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da CF/1988.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES FEDERAIS

Sobre o Autor

Carlos Vicente Coutinho Neto

Licenciado em Direito pelo Centro Paula Souza.
Pós-graduado em Direito Processual Civil pela
Universidade Presbiteriana Mackenzie.
Graduado em Direito pela Universidade
Presbiteriana Mackenzie.
Coordenador do Curso Técnico de Recursos
Humanos da ETEC Professor André Bogasian –
Osasco-SP.
Professor concursado do Centro Paula Souza,
leciona Legislação Empresarial, Legislação e
Relações Trabalhistas, Práticas de Departamento
Pessoal, Ética e Cidadania Organizacional e
Legislação Previdenciária e Tributária.
Advogado.
Consultor Jurídico.

1. (TRE-RJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2012) O regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112/1990 aplica-se aos servidores civis da União e das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

() CERTO () ERRADO

2. (TRT 8ª – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2016) Conforme a Lei nº 8.112/1990, o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, no âmbito do quadro geral de pessoal para outro órgão ou entidade do mesmo poder denomina-se:

- a) transferência.
- b) substituição.
- c) redistribuição.
- d) remoção.
- e) reintegração.

() CERTO () ERRADO

1.

Nos termos do art. 1º da Lei nº 8.112/90 (Estatuto do Servidor Público Civil Federal), “esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais”. Destarte, outras pessoas jurídicas da Administração Pública Direta ou Indireta, como as empresas públicas e sociedades de economia mista, não estão incluídas no regime jurídico especial, mas apenas a própria União, suas autarquias e fundações públicas.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

Em “a”, menciona-se a transferência, a qual por ora é regida pela Portaria nº 193 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, segundo a qual “os órgãos e entidades da administração pública federal poderão solicitar ao Planejamento, que é o órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), a movimentação específica de um servidor, devendo apresentar justificativa clara e objetiva de que a movimentação contribuirá para o desenvolvimento das atividades executadas pelo órgão ou entidade, necessidade do perfil profissional solicitado em razão de suas características e qualificações e compatibilidade das atividades a serem exercidas com o cargo ou emprego de origem do agente público”. Portanto, não se trata da descrição contida no enunciado.

Em “b”, menciona-se a substituição, a qual está descrita no art. 38, caput, da Lei 8.112/90, da seguinte forma: “os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade”.

Em “c”, segundo o disposto no art. 37, caput, da Lei 8.112/90, “redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC (Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal)” (grifos nossos). Logo, é a alternativa que corresponde exatamente ao texto legal.

Em “d”, menciona-se a remoção, a qual está descrita no art. 36, caput, da referida lei, como “o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede”.

Em “e”, menciona-se a reintegração, a qual está descrita no art. 28, caput, da referida lei, como “a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens”.

GABARITO OFICIAL: C